



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL
Gabinete
Assessoria Técnica

Ofício Nº 1403/2021 - SEE/GAB/ASTEC

Brasília-DF, 26 de maio de 2021.

Assunto: Possíveis irregularidades na construção e na compra de mobiliário para os Centros de Educação de Primeira Infância – CEPs e Centros de Educação Integrada – CEIs - Representação nº 09/2015-CF.

Referência: Decisão nº 5062/2020 - Processo nº 7428/2015-e

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, reportamo-nos à **Decisão nº 5062/2020**, exarada nos autos do **Processo nº 7428/2015-e**, que trata da *"Representação nº 09/2015-CF, do Ministério Público junto ao Tribunal, acerca de possíveis irregularidades na construção e na compra de mobiliário para os Centros de Educação de Primeira Infância – CEPs e Centros de Educação Integrada – CEIs, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF"*:

DECISÃO Nº 5062/2020

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I. tomar conhecimento:

a) do Ofício n.º 1.637/2020-SEE/GAB/AESP, bem como dos seus respectivos anexos, encaminhados à Corte pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF (e-DOC B82F3B4C-c);

b) da Informação n.º 33/2020-DIASP2 (e-DOC D70436D2-e);

c) do Parecer n.º 726/2020-GPCF (e-DOC 86799B8A-e);

II. considerar, em relação à Decisão n.º 4.156/2019:

a) satisfatórias as medidas noticiadas em relação ao atendimento dos itens II.d e II.e;

b) parcialmente cumpridos os itens II.a e II.b; c) não atendido o item II.c;

III. reiterar à SEE/DF as determinações insertas nos itens II.a, II.b e II.c da Decisão n.º 4.156/2019, devendo a jurisdicionada, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhar ao Tribunal documentação comprobatória do fiel cumprimento das referidas diligências, bem como demonstrar se houve a observância da exata compatibilidade entre os serviços executados e os valores pagos pelo Poder Público, conforme exigido no item II.d da aludida deliberação plenária;

IV. autorizar:

a) o envio de cópia da Informação n.º 33/2020-DIASP2, do relatório/voto do Relator e desta decisão à SEE/DF;

b) a realização de inspeção, caso necessário, no âmbito da SEE/DF;

c) o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes." (grifo nosso)

Diante disso, a Decisão supramencionada foi direcionada, de imediato, para as áreas

técnicas desta Pasta para cumprimento, tão logo aqui recebida.

Isso posto, colacionamos a manifestação consubstanciada no Despacho - SEE/SIAE/DIRET SEI nº 62006487, abaixo:

"(...)Preliminarmente, informamos que até a presente data foram construídos mais de 60 CEPIs, os quais foram concluídos, em sua maioria, no período compreendido entre 2014-2016. Nessa esteira, o artigo 618 do Código Civil de 2002 dispõe que "nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo".

Isso quer dizer que a Construtora é obrigada a prestar, dentro dos prazos de garantia legais, o serviço de assistência técnica, reparando, sem ônus, os vícios construtivos identificados. Corroborando com tal discussão, cabe trazer à baila a definição do prazo de garantia legal previsto na norma de desempenho ABNT NBR15575/2015, PARTE 1, item 3.35:

"período de tempo previsto em lei que o comprador dispõe para reclamar dos vícios (defeitos) verificados na compra de produtos duráveis. Na Tabela D.1 da referida Norma, são detalhados prazos de garantia usualmente praticados pelo setor da construção civil, correspondentes ao período de tempo em que é elevada a probabilidade de que eventuais vícios ou defeitos em um sistema, em estado de novo, venham a se manifestar, decorrentes de anomalias que repercutam em desempenho inferior àquele previsto".

Cabe mencionar também que a gestão de todas as creches, construídas através de Termos de Compromisso firmados entre a Secretaria de Estado de Educação (SEDF) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foram terceirizadas mediante a celebração de Termos de Parceria com diversas Instituições, as quais ficam incumbidas de administrar todas as atividades das CEPIs, inclusive a gestão dos recursos repassados que contemplam aqueles referentes à manutenção predial, cujas irregularidades não estão enquadradas nas condições de garantia da obra.

Por outro lado, é importante expor mais uma vez a realidade deste setor técnico para atendimento da Decisão nº 5062/2020.

A Diretoria de Engenharia é responsável pela execução dos mais diversos projetos estruturantes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a saber: reforma, construção e manutenção de Unidades Educacionais (creches, escolas técnicas, centros de ensino infantil, fundamental e médio etc.), coberturas de quadras, muros, cozinhas, dentre outros.

O grande número de atividades desenvolvidas por este setor não é compatível com a quantidade de servidores aptos (engenheiros) para exercerem as atividades inerentes à área de atuação desta Diretoria. Nosso corpo técnico, no momento, é responsável pela fiscalização de 11 contratos de manutenção predial dos 730 imóveis que compõe a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, localizados nas 31 Regiões Administrativas, distribuídos em um raio de 5.779.999 km²; 09 contratos de execução de obras, sendo a sua grande maioria, de grande porte e 1 contrato de elaboração de sondagens, projetos complementares e orçamento de obra.

Além das atividades elencadas acima, que requerem o deslocamento quase que diário de tais profissionais, temos ainda outras atividades rotineiras, tais como: instrução processual, composição de Comissões de

Recebimento Definitivo, também, constituídas com esses mesmos servidores, vistorias em prédios escolares e emissão de laudos técnicos, além de atendimento às demandas das Coordenações Regionais de Ensino constantes do SEI.

Nesse sentido, para que a Diretoria de Engenharia consiga, além de continuar atendendo todas as demandas supracitadas, atuar, também, no levantamento das irregularidades decorrentes da execução das obras de construção dos Centros de Educação de Primeira Infância – CEPs, utilizando-se dos procedimentos de campo contidos na Orientação Técnica – OT-IBR nº 03/2011, na forma determinada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, entendemos que se faz necessário um prazo de aproximadamente 11 meses para conclusão dos serviços.

Assim, propomos a seguinte metodologia de trabalho para atendimento integral da determinação à inicial:

1. Formação de 03 duplas para realização de vistorias mensais em conformidade com os procedimentos de campo contidos na Orientação Técnica – OT-IBR nº 03/2011, iniciando-se os trabalhos no mês de maio de 2021;
2. Cada dupla ficará encarregada de realizar 02 vistorias mensais, de forma que, após 11 meses, todas os CEPs estarão vistoriados;
3. Uma vez constatada a existência de irregularidades decorrentes do uso da edificação quando das vistorias, a Instituição Gestora da edificação será notificada para promover com os devidos serviços de manutenção;
4. No caso de detecção de vícios construtivos durante as visitas *in loco*, a empresa responsável pela execução da respectiva obra será notificada a respeito das irregularidades e instada a atuar no sentido de solucionar as pendências, no prazo pré-estabelecido por esta Diretoria, de acordo a legislação vigente;
5. Decorrido o prazo estipulado, os engenheiros realizarão novas vistorias, visando comprovar a correção dos vícios detectados, culminando com a apresentação de Relatórios Técnicos de Vistoria com o resultado das intervenções realizadas.

Em que pese as dificuldades relatadas, o cumprimento da determinação em epígrafe, relativa ao processo de levantamento rigoroso de defeitos decorrentes da execução das obras de construção dos Centros de Educação de Primeira Infância – CEPs é tratada como prioritária por este setor técnico; entretanto, considerando o tamanho e complexidade da matéria e que o cumprimento desta determinação requer o dispêndio de tempo considerável do nosso corpo técnico para a realização das vistorias *in loco* e demais procedimentos decorrentes, não vislumbramos outra solução senão o atendimento por etapas conforme sugerido anteriormente.

Em face de todo o exposto, como ainda não logramos êxito quanto ao atendimento integral da determinação em tela, o que vem preocupando substancialmente esta Diretoria, entendemos que deverá ser solicitada àquela Corte de Contas uma dilação de prazo de, no mínimo, 11 meses, para que possamos cumprir com o planejamento proposto."

Portanto, de acordo com a exposição oriunda da área técnica responsável, "*para que a Diretoria de Engenharia consiga, além de continuar atendendo todas as demandas supracitadas, atuar, também, no levantamento das irregularidades decorrentes da execução das obras de construção dos Centros de Educação de Primeira Infância – CEPs, utilizando-se dos procedimentos de campo contidos na Orientação Técnica – OT-IBR nº 03/2011, na forma determinada pelo e. Tribunal de Contas do Distrito Federal, entendemos que se faz necessário um prazo de aproximadamente 11 meses para*

conclusão dos serviços."

Diante disso, cumpre destacar, novamente, a metodologia de trabalho para atendimento integral da demanda em tela:

- "1. Formação de 03 duplas para realização de vistorias mensais em conformidade com os procedimentos de campo contidos na Orientação Técnica – OT-IBR n.º 03/2011, iniciando-se os trabalhos no mês de maio de 2021;*
- 2. Cada dupla ficará encarregada de realizar 02 vistorias mensais, de forma que, após 11 meses, todas os CEPIs estarão vistoriados;*
- 3. Uma vez constatada a existência de irregularidades decorrentes do uso da edificação quando das vistorias, a Instituição Gestora da edificação será notificada para promover com os devidos serviços de manutenção;*
- 4. No caso de detecção de vícios construtivos durante as visitas in loco, a empresa responsável pela execução da respectiva obra será notificada a respeito das irregularidades e instada a atuar no sentido de solucionar as pendências, no prazo pré-estabelecido por esta Diretoria, de acordo a legislação vigente;*
- 5. Decorrido o prazo estipulado, os engenheiros realizarão novas vistorias, visando comprovar a correção dos vícios detectados, culminando com a apresentação de Relatórios Técnicos de Vistoria com o resultado das intervenções realizadas."*

Por fim, vale esclarecer mais uma vez que *"em que pesem as dificuldades relatadas, o cumprimento da determinação em epígrafe, relativa ao processo de levantamento rigoroso de defeitos decorrentes da execução das obras de construção dos Centros de Educação de Primeira Infância – CEPIs"* é tratada como prioritária pelos setores técnicos desta Pasta; *"entretanto, considerando o tamanho e complexidade da matéria e que o cumprimento desta determinação requer o dispêndio de tempo considerável do nosso corpo técnico para a realização das vistorias in loco e demais procedimentos decorrentes, não vislumbramos outra solução senão o o atendimento por etapas conforme sugerido anteriormente."*

Oportunamente, informamos que esta Pasta se compromete em enviar periodicamente a esta Colenda Corte de Contas, informações atualizadas sobre o andamento dos trabalhos de cumprimento da demanda; ademais, reiteramos, que esta Secretaria de Educação encontra-se à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

FÁBIO PEREIRA DE SOUSA

Secretário-Executivo de Educação do Distrito Federal¹

ANEXOS:

Documentos SEI n^{os}

Documento	Código Verificador (Doc. SEI/GDF)	Código CRC
Despacho - SEE/SIAE/DIREC	62006487	E0B8F835
Despacho - SEE/SUPLAV/DIPLAN/GPTR	56623072	32FE9EAD

Ao Senhor

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal

¹Conforme delegação de competência na Portaria nº 314, de 10 de setembro de 2019, artigo 13, inciso IV.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO PEREIRA DE SOUSA - Matr. 0038772X**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 26/05/2021, às 17:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **62676652** código CRC= **DAD9372C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF
3901-8149
Site: - www.se.df.gov.br

00080-00013263/2018-28

Doc. SEI/GDF 62676652



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5235, de 18/11/2020

TCDF/Secretaria das Sessões

Folha:.....

Processo: 7428/2015-e

Rubrica:.....

PROCESSO Nº 7428/2015-e

RELATOR : CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO


EMENTA : Representação n.º 09/2015-CF, do Ministério Público junto ao Tribunal, acerca de possíveis irregularidades na construção e na compra de mobiliário para os Centros de Educação de Primeira Infância - Cepis e Centros de Educação Integrada - CEIs, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF.

DECISÃO Nº 5062/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 1.637/2020-SEE/GAB/AESP, bem como dos seus respectivos anexos, encaminhados à Corte pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF (e-DOC B82F3B4C-c); b) da Informação n.º 33/2020-DIASP2 (e-DOC D70436D2-e); c) do Parecer n.º 726/2020-GPCF (e-DOC 86799B8A-e); II. considerar, em relação à Decisão n.º 4.156/2019: a) satisfatórias as medidas noticiadas em relação ao atendimento dos itens II.d e II.e; b) parcialmente cumpridos os itens II.a e II.b; c) não atendido o item II.c; III. reiterar à SEE/DF as determinações insertas nos itens II.a, II.b e II.c da Decisão n.º 4.156/2019, devendo a jurisdicionada, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhar ao Tribunal documentação comprobatória do fiel cumprimento das referidas diligências, bem como demonstrar se houve a observância da exata compatibilidade entre os serviços executados e os valores pagos pelo Poder Público, conforme exigido no item II.d da aludida deliberação plenária; IV. autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 33/2020-DIASP2, do relatório/voto do Relator e desta decisão à SEE/DF; b) a realização de inspeção, caso necessário, no âmbito da SEE/DF; c) o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPjTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.

SALA DAS SESSÕES, 18 de Novembro de 2020



João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões



Anilcéia Luzia Machado
Presidente



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Infraestrutura Escolar
Diretoria de Engenharia

Despacho - SEE/SIAE/DIREDD

Brasília-DF, 17 de maio de 2021.

À Subsecretaria de Infraestrutura Escolar,

Em atendimento à Decisão nº 5062/2020 - TCDF (Id. 56347211), relativo ao Relatório Final de Inspeção 1.2001.19 (Id. 32322944) elaborado pela Secretaria de Acompanhamento, em conjunto com o Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – NFO, que trata da apuração da *regularidade “das obras de construção de Centros de Educação de Primeira Infância – CEPI’s no DF e compra de mobiliário, tendo em vista as informações de possíveis irregularidades, seja no uso do material empregado; seja no valor das unidades construídas, sem perder de vista a questão da legalidade orçamentária e financeira do DF e dos prazos atinentes aos cronogramas de execução e desembolso”*, prestaremos os devidos esclarecimentos referentes aos itens II.a, II.b e II.c da Decisão n.º 4.156/2019:

Decisão nº 5062/2020

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I. tomar conhecimento:

a) do Ofício n.º 1.637/2020-SEE/GAB/AESP, bem como dos seus respectivos anexos, encaminhados à Corte pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF (e-DOC B82F3B4C-c);

b) da Informação n.º 33/2020-DIASP2 (e-DOC D70436D2-e); c) do Parecer n.º 726/2020-GPCF (e-DOC 86799B8A-e);

II. considerar, em relação à Decisão n.º 4.156/2019:

a) satisfatórias as medidas noticiadas em relação ao atendimento dos itens II.d e II.e;

b) parcialmente cumpridos os itens II.a e II.b;

c) não atendido o item II.c; (grifo nosso)

Decisão nº 4156/2019

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento:

a) do Ofício n.º 113/2018-GAB/SE, bem como dos seus respectivos anexos, encaminhados à Corte pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF (e-DOC 7C16E496-c);

b) do Relatório Final de Inspeção (e-DOC 740D2001-e);

c) do Parecer n.º 655/2019-CF (e-DOC 9E0818D8-e);

II – determinar à SEE/DF que adote as seguintes medidas, dando conhecimento ao Tribunal acerca dos resultados alcançados, no prazo de 90 (noventa) dias:

a) realize um amplo e rigoroso levantamento de defeitos decorrentes da

execução das obras de construção dos Centros de Educação de Primeira Infância – CEPIs, utilizando-se, no mínimo, dos procedimentos de campo contidos na Orientação Técnica – OT-IBR n.º 03/2011, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – Ibraop, e adote as devidas providências para que as empresas contratadas promovam a correção das falhas identificadas;

b) exija das empresas construtoras dos CEPIs indicados no Quadro 13 do parágrafo 110 do Relatório Final de Inspeção, a correção das patologias apontadas no referido relatório, em atenção às disposições dos arts. 54, 69 e 73, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, do art. 618 do Código Civil e da OT-IBR n.º 03/2011;

c) abstenha-se de receber definitivamente as obras até o saneamento de todas as irregularidades, que devem ser registradas e comunicadas tempestivamente às contratadas, tendo em vista o previsto no art. 73, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993; (grifo nosso)

Preliminarmente, informamos que até a presente data foram construídos mais de 60 CEPIs, os quais foram concluídos em sua maioria no período compreendido entre 2014-2016. Nessa esteira, o Art. 618 do Código Civil de 2002 dispõe que “*nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo*”.

Isto quer dizer que a Construtora é obrigada a prestar, dentro dos prazos de garantia legais, o serviço de assistência técnica, reparando, sem ônus, os vícios construtivos identificados. Corroborando com tal discussão, cabe trazer a baila a definição do prazo de garantia legal previsto na norma de desempenho ABNT NBR15575/2015, PARTE 1, item 3.35:

“período de tempo previsto em lei que o comprador dispõe para reclamar dos vícios (defeitos) verificados na compra de produtos duráveis. Na Tabela D.1 da referida Norma são detalhados prazos de garantia usualmente praticados pelo setor da construção civil, correspondentes ao período de tempo em que é elevada a probabilidade de que eventuais vícios ou defeitos em um sistema, em estado de novo, venham a se manifestar, decorrentes de anomalias que repercutam em desempenho inferior àquele previsto”.

Cabe mencionar também que a gestão de todas as creches, construídas através de Termos de Compromisso firmados entre a Secretaria de Estado de Educação (SEDF) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foram terceirizadas mediante a celebração de Termos de Parceria com diversas Instituições, as quais ficam incumbidas de administrar todas as atividades das CEPÍ's, inclusive a gestão dos recursos repassados que contemplam aqueles referentes à manutenção predial, cujas irregularidades não estão enquadradas nas condições de garantia da obra.

Por outro lado, é importante expor mais uma vez a realidade deste setor técnico para atendimento da Decisão nº 5062/2020.

A Diretoria de Engenharia é responsável pela execução dos mais diversos projetos estruturantes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a saber: reforma, construção e manutenção de unidades educacionais (creches, escolas técnicas, centros de ensino infantil, fundamental e médio, etc.), coberturas de quadras, muros, cozinhas, dentre outros.

O grande número de atividades desenvolvidas por este setor não é compatível com a quantidades de servidores aptos (engenheiros) para exercerem as atividades inerentes a área de atuação desta Diretoria. Nosso corpo técnico, no momento, é responsável pela fiscalização de 11

contratos de manutenção predial dos 730 imóveis que compõe a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, localizados nas 31 Regiões Administrativas, distribuídos em um raio de 5.779.999 km²; 09 contratos de execução de obras, sendo a sua grande maioria, de grande porte e 1 contrato de elaboração de sondagens, projetos complementares e orçamento de obra.

Além das atividades elencadas acima, que requer o deslocamento quase que diário de tais profissionais, temos ainda outras atividades rotineiras, tais como: instrução processual, composição de Comissões de Recebimento Definitivo, também, constituídas com esses mesmos servidores, vistorias em prédios escolares e emissão de laudos técnicos, além de atendimento às demandas das Coordenações Regionais de Ensino constantes do SEI.

Nesse sentido, para que a Diretoria de Engenharia consiga, além de continuar atendendo todas as demandas supracitadas, atuar, também, no levantamento das irregularidades decorrentes da execução das obras de construção dos Centros de Educação de Primeira Infância – CEPIs, utilizando-se dos procedimentos de campo contidos na Orientação Técnica – OT-IBR n.º 03/2011, na forma determinada pelo e. Tribunal de Contas do Distrito Federal, entendemos que se faz necessário um prazo de aproximadamente 11 meses para conclusão dos serviços.

Assim, propomos a seguinte metodologia de trabalho para atendimento integral da determinação à inicial:

1. Formação de 03 duplas para realização de vistorias mensais em conformidade com os procedimentos de campo contidos na Orientação Técnica – OT-IBR n.º 03/2011, iniciando-se os trabalhos no mês de maio de 2021;
2. Cada dupla ficará encarregada de realizar 02 vistorias mensais, de forma que, após 11 meses, todas os CEPI's estarão vistoriados;
3. Uma vez constatada a existência de irregularidades decorrentes do uso da edificação quando das vistorias, a Instituição Gestora da edificação será notificada para promover com os devidos serviços de manutenção;
4. No caso de detecção de vícios construtivos durante as visitas *in loco*, a empresa responsável pela execução da respectiva obra será notificada a respeito das irregularidades e instada a atuar no sentido de solucionar as pendências, no prazo pré-estabelecido por esta Diretoria, de acordo a legislação vigente;
5. Decorrido o prazo estipulado, os Engenheiros realizarão novas vistorias, visando comprovar a correção dos vícios detectados, culminando com a apresentação de Relatórios Técnicos de Vistoria com o resultado das intervenções realizadas.

Em que pese as dificuldades relatadas, o cumprimento da determinação em epígrafe, relativa ao processo de levantamento rigoroso de defeitos decorrentes da execução das obras de construção dos Centros de Educação de Primeira Infância – CEPIs é tratada como prioritária por este setor técnico; entretanto, considerando o tamanho e complexidade da matéria e que o cumprimento desta determinação requer o dispêndio de tempo considerável do nosso corpo técnico para a realização das vistorias *in loco* e demais procedimentos decorrentes, não vislumbramos outra solução senão o o atendimento por etapas conforme sugerido anteriormente.

Em face de todo o exposto, como ainda não logramos êxito quanto ao atendimento integral da determinação em tela, o que vem preocupando substancialmente esta Diretoria, entendemos que deverá ser solicitada àquela Corte de Contas uma dilação de prazo de, no mínimo, 11 meses, para que possamos cumprir com o planejamento proposto.

Darlan Pastorini Pereira

Gerente de Fiscalização e Acompanhamento de Obras

Suelen V. M. das Chagas Rodrigues

Diretora de Engenharia



Documento assinado eletronicamente por **SUELEN VANESSA MIRANDA DAS CHAGAS RODRIGUES - Matr. 02202689, Diretor(a) de Engenharia**, em 17/05/2021, às 22:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DARLAN PASTORINI PEREIRA - Matr. 0219791X, Gerente de Fiscalização e Acompanhamento de Obras**, em 18/05/2021, às 09:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **62006487** código CRC= **E0B8F835**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511 Bloco B Ed. Bittar III - CEP 70.750-543 - DF

00080-00013263/2018-28

Doc. SEI/GDF 62006487



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Planejamento

Gerência de Acompanhamento de Programas com Transferência Direta de Recursos Federais

Despacho - SEE/SUPLAV/DIPLAN/GPTR

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2021.

À Diretoria de Planejamento - DIPLAN,

Trata-se do Ofício-GP nº 10979/2020-GP, SEI nº 56347101, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o qual encaminha a Decisão nº 5062/2020, SEI nº 56347211, exarada nos autos do Processo nº 7428/2015-e, quanto a Representação nº 09/2015-CF, do Ministério Público junto à Corte, versando acerca de possíveis irregularidades na construção e compra de mobiliário para os Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI e Centros de Educação Integrada - CEI, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Vieram os autos a esta Gerência, em atenção ao Despacho SEE/SUPLAV, SEI nº 56516410, para análise e providências, respeitadas as competências, solicitando a apresentação da situação atualizada das obras constantes no documento em pauta, no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC/FNDE/MEC, contendo informações tais como, objeto, valores, situação, pagamentos, e outras que julgarmos pertinentes, acompanhado da documentação comprobatória, para que sejam direcionadas a Subsecretaria na data limite de 03/05/2021 (quarta-feira).

Após conhecimento e leitura dos documentos indicados, em especial do Relatório Voto da Decisão 5062/2020, SEI nº 56347343, do Parecer 726/2020 - G2P, SEI nº 56347513, e da Informação 33/2020 - DIASP2, SEI nº 56347909, para melhor compreensão das pendências que persistem e precisam ser sanadas pela Casa, e objetivando subsidiar a ação proposta, assinalamos as informações retiradas do Sistema SIMEC - Obras 2.0 pertinentes à temática de construções de CEPIs, conforme se segue:

Ação	R	I	V	ID	ID	Nº Processo	Nº Termo/Convênio	Ano	Obra	Unidade Implantadora	Município	UF	Data de Início da Execução	Data Prevista de Término de Execução	Situação da Obra	Data de Tramitação da Situação da Obra	Última Vistoria Instituição	% Executado Instituição	Última Vistoria Empresa	% Executado Empresa	Tipologia	Valor Contrato
					31776	12572	234000010196201285	PAC2 11501/2014	2014	(31776) PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 004	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	Brasília	DF	07/07/2017	18/02/2019	Concluída	22/02/2019 15:23:27	15/05/2018	100%		Escola de Educação Infantil Tipo B	3.050.347,24
					25822	12586	23400000347201297	PAC2 5886/2013	2013	(25822) PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 020	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	Brasília	DF	17/04/2013	12/01/2014	Concluída	03/06/2014 14:42:41	21/04/2014	100%	20/03/2014 95.48%	Escola de Educação Infantil Tipo B	2.445.675,16
					30150	12602	234000010196201285	PAC2 11501/2014	2014	(30150) PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 034	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	Brasília	DF	16/05/2018	30/05/2020	Concluída	22/10/2019 15:15:48	19/08/2019	100%	27/05/2019 70.39%	Escola de Educação Infantil Tipo B	2.860.416,46
					25811	12606	23400000347201297	PAC2 5886/2013	2013	(25811) PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 036	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	Brasília	DF	23/12/2013	19/09/2014	Concluída	08/05/2015 12:27:10	08/05/2015	100%	04/11/2016 100.00%	Escola de Educação Infantil Tipo B	2.554.586,79
					25814	12608	23400000347201297	PAC2 5886/2013	2013	(25814) PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 40	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	Brasília	DF	11/06/2014	04/09/2015	Concluída	24/02/2016 17:12:18	29/12/2015	100%	24/01/2017 99.87%	Escola de Educação Infantil Tipo B	2.676.526,88
					25797	12635	23400000347201297	PAC2 5886/2013	2013	(25797) PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 067	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	Brasília	DF	11/07/2013	06/07/2014	Concluída	07/11/2014 12:15:22	15/09/2014	100%	09/12/2013 11.24%	Escola de Educação Infantil Tipo B	2.644.490,42
					31775	12646	234000010196201285	PAC2 11501/2014	2014	(31775) PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 078	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	Brasília	DF	28/08/2015	24/05/2016	Concluída	13/07/2016 15:36:09	26/07/2016	100%	25/06/2016 99.89%	Escola de Educação Infantil Tipo B	2.892.731,31

Ademais, informamos que os Termos de Compromisso PAC 2 5886/2013 e PAC 2 11501/2014, relativo a essas obras encontram-se em execução com vigência até 30/07/2021 e 31/07/2021 respectivamente, conforme imagem abaixo retirada do módulo PAR do SIMEC:

	Nº do Processo	Nº do Documento	Vigência do Termo	Vencimento do Termo (Dias)	Qnt de Obras	Valor do Termo	Valor Empenhado	Pagamento Efetivado	Dados Bancários	Saldo Bancário (CC + CP + Fundos)	Prestação de Contas
	23400000347201297	PAC2 5886/2013	<u>30/07/2021</u>	155	31	45.041.085,04	45.041.085,02	42.810.572,98	Banco: 1 Conta: 4200 Conta Corrente: 59048	2.606.140,94	Não Enviada
	234000010196201285	PAC2 11501/2014	<u>31/07/2021</u>	156	33	48.846.540,68	46.959.700,22	39.263.618,18	Banco: 1 Conta: 4200 Conta Corrente: 64858	1.574.421,74	

Para obtenção de informações mais precisas e específicas sobre estas obras, sugerimos o envio à Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional - SIAE, área técnica responsável pelo monitoramento, inserção de dados e documentos sobre a construção de CEPIs no Sistema SIMEC - Obras 2.0, no âmbito desta Secretaria de Estado.

Desta forma, encaminhamos com vistas à Unidade de Controle Interno - UCI para conhecimento e continuidade das ações.

Luciana Alves da Costa

Gerente



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA ALVES DA COSTA - Matr. 0224005X**, Gerente de Acompanhamento de Programas com Transferência Direta de Recursos Federais, em 25/02/2021, às 09:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **56623072** código CRC= **32FE9EAD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Penicília - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF